



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO

PE- 90.002/2026

EDITAL Nº 004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 00014/2026

**CONTRATANTE (UASG) Nº983371
MUNICIPIO DE BIRITINGA**

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LINKS DE INTERNET PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIRITINGA/BA.

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
GRUPO ÚNICO: R\$261.000,00**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA: 19 DE FEVEREIRO DE 2026 ÀS 09:00(HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR GRUPO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Sumário

| | |
|--|----|
| 1. DO OBJETO..... | 3 |
| 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 4 |
| 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 5 |
| 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . | 6 |
| 6. DA FASE DE JULGAMENTO | 8 |
| 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 9 |
| 8. DOS RECURSOS | 11 |
| 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 12 |
| 10.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 13 |
| 11.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 13 |
| 12. ANEXOS O EDITAL..... | 14 |



EDITAL Nº 004.2026

MUNICÍPIO DE BIRITINGA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002 /2026
(Processo Administrativo nº.0014/2026)

O MUNICÍPIO DE BIRITINGA/BAHIA, torna público, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão no Portal: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> a sessão será realizada por intermédio do Pregoeiro Oficial do Município, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e demais legislação aplicável e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DIA: 19/02/2026 às 09h00min (horário de Brasília/DF)

Endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Modo de Disputa: Aberto

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para fornecimento de links de internet para atendimento das demandas das diversas secretarias municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste **edital e seus anexos**.

1.2. A licitação será composta por **Grupo Único**, conforme consta do termo de referência, o licitante interessado em participar deste pregão deverá oferecer proposta para todos os itens sob pena de desclassificação da proposta.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

- 2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.5. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.7. *peças jurídicas reunidas em consórcio*;
- 2.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A vedação de que trata o item 2.6.9. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será posterior as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1, e 7.12.1. deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6, sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. valor unitário e total de cada item que compõe o GRUPO;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

- 4.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para cada Item do GRUPO.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item que compõe cada GRUPO.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital e anexos.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de *R\$2,00 (dois reais)*.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de execução ou por qualquer outro motivo.

5.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. O preço negociado deverá ser igual ou menor ao constante no Termo de Referência.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6. deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o Item 3.6, deste Edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Por se tratar de serviços, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do Contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de](#)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

[janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo no PERCENTUAL 10%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia legível ou por cópias autenticadas.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei 14.133/21](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 25 (vinte e cinco) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: (www.gov.br/compras).

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.2. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.2.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.3. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.4. fraudar a licitação
- 9.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.5.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.5.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.5.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.7. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 5% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de **0,5% a 5%** do valor do contrato lícitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 1% a 5% do valor do contrato lícitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2. e 9.1.3.0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: pelo portal e de forma secundária pelo e-mail: cplbiritinga@gmail.com;
- 10.3.1. O Município não será responsável por documentos encaminhados por e-mail em caso de extravio ou de não recebimento em tempo hábil.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo neste Edital e anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. Após homologação a empresa terá 05 dias úteis para assinatura do Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado a pedido da interessada e concessão do prazo pelo Município.

11.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

12. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

12.1. ANEXO I – Termo de Referência

12.1.1. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar – Apêndice do Termo de Referência

12.1.2. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Biritinga, 30 de janeiro de 2026.


COSME NILTON OLIVEIRA CRUZ
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de links de internet em atendimento das demandas das secretarias municipais, do Município de Biritinga, conforme – ETP - Estudo Técnico Preliminar – Apêndice deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária de 2025, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

2.3. O Certame será regido pela Lei 14.133/2021.

2.4. Justificativa da necessidade e problema a ser resolvido:

2.4.1. Com base no ETP, que foi a primeira etapa do planejamento desta contratação (planejamento preliminar) a necessidade surgiu, pois, a administração pública municipal necessita contratar serviços de internet, que é de extrema necessidade para o funcionamento da máquina pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A Para atendimento da demanda em questão, a solução proposta é a realização de processo licitatório amplo na modalidade Pregão na forma eletrônica, por se tratar de serviços comuns (Art. 6º da Lei 14.133/2021) com vários prestadores de serviços no mercado regional.

3.3. O processo deverá possibilitar a ampla concorrência entre os fornecedores interessados, desde que atendam aos requisitos mínimos de habilitação e qualificação técnica em observância ao quanto disposto no objeto, a se fazerem constantes neste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da disponibilização do link:

4.1.1. O Link de conexão com a internet deve ser por fibra óptica.

4.1.2. Não deve estar atrelado a serviço de telefonia/assinatura básica mensal ou franquias de upload e download.

4.1.3. Nos valores dos serviços devem está incluso os serviços e materiais necessários para a instalação e funcionamento do serviço.

4.1.4. Caso necessário deverão ser fornecidas as instruções mínimas para acesso as configurações dos serviços.

4.2. Requisitos de manutenção, garantia e disponibilidade

4.2.1. Todos os requisitos citados se aplicam a todos os itens contratados.

4.2.2. O prazo máximo para a solução de qualquer problema de inoperância nos circuitos do ponto de acesso, seja ele decorrente de defeito físico do próprio circuito ou de configuração de equipamentos de comunicação de dados, será de 24 (vinte e quatro) horas a partir da data da comunicação formal da CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.2.3. O prazo máximo para a solução de qualquer problema de inoperância, que implique em substituição de componentes de hardware, será de 24 (vinte e quatro) horas a partir da data da comunicação formal da CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.2.4. Independentemente desse prazo, a empresa estará sujeita às glosas por descumprimento de nível de serviço previstas no ETP apêndice deste Termo de Referência.

4.2.5. Link de conexão banda larga com a Internet por fibra óptica de no mínimo observado nos itens do ETP, sem serviço de telefonia/assinatura básica mensal, sendo incluído o fornecimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

de todos os equipamentos necessários para o funcionamento do serviço, incluindo aparelho wi-fi.

4.3. Requisitos temporais

4.3.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste ETP, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.3.2. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos (ou horas corridas, quando definido em horas).

4.3.3. Todos os eventos de trabalho que envolva participação de integrantes da CONTRATADA em ambiente da CONTRATANTE serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira das 08:00 às 18:00, exceto feriados, salvo acordo entre as partes e os necessários para o restabelecimento do serviço.

4.3.4. O prazo de início da execução das Ordem de Serviço de Fornecimento será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da entrega ao Preposto da CONTRATADA por qualquer meio formal de comunicação, salvo quando definida outra data pela CONTRATANTE na Ordem.

4.3.5. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização do contrato deverão ser prestados imediatamente pela CONTRATADA, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 6 (seis) horas úteis.

4.3.6. Não será computado o tempo de atraso quando este estiver sido ocasionado pela CONTRATANTE ou por fatos supervenientes que independam de ações da CONTRATADA, desde que devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE.

4.3.7. Não são considerados casos ou fatos supervenientes as situações externas que poderiam ter sido contornadas ou mitigadas por ações de logística preventivas ou reativas da CONTRATADA.

4.3.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar, os serviços no local indicado, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contados da emissão da Ordem de Serviço.

4.3.9. Os atendimentos de suporte e assistência técnica deverão ser prestados em local a ser indicado pela CONTRATADA, inclusive os de substituição de equipamentos.

4.4. Requisitos de segurança

4.4.1. Todas as informações, imagens, aplicativos e documentos providos pela CONTRATANTE ou oriundos das informações que forem propriedade da CONTRATANTE que forem manuseados e utilizados, são de propriedade da CONTRATANTE, não podendo ser repassadas, copiadas, alteradas ou absorvidas na relação de bens da CONTRATADA, bem como, de seus executores, sem expressa autorização da CONTRATANTE.

4.4.2. Será considerado ilícito a divulgação, o repasse ou utilização indevida de informações, bem como dos documentos, imagens, gravações e informações utilizados durante a prestação dos serviços.

4.4.3. A CONTRATADA obriga-se a dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.

4.4.4. Todas as informações obtidas ou extraídas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo a CONTRATADA zelar por si e por seus sócios, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados.

4.5. Garantia da contratação

4.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.5.1.1. Por, não haver complexidade e vultuosidade na contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

4.5.1.2. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

4.5.1.3. A exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

4.6. Requisitos de Sustentabilidade

4.6.1. A contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

4.6.2. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

4.6.3. Utilizar serviços de internet que atendam aos critérios de eficiência energética e menor emissão de poluentes.

4.6.4. Realizar a gestão adequada de resíduos gerados durante a manutenção dos serviços.

4.7. Da classificação dos serviços comuns

4.7.1. Os serviços a serem contratados atendem a classificação de serviços comum, por se tratar de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado e com base nos levantamentos realizados.

4.8. Tecnologia da Conexão

4.8.1. Fornecimento de internet **exclusivamente via fibra óptica**.

4.8.2. Instalação, configuração e ativação dos links inclusos no serviço.

4.9. Velocidade e Capacidade

4.9.1. Disponibilização de links com velocidades simétricas (upload e download).

4.9.2. Garantia de banda mínima contratada, sem redução em horários de pico.

4.9.3. Capacidade escalável, permitindo futura ampliação de velocidade conforme necessidade da Administração.

4.10. Disponibilidade e Qualidade do Serviço (SLA)

4.10.1. Disponibilidade mínima de **99% (noventa e nove por cento)** ao mês.

4.10.2. Latência média inferior a **50 ms** dentro da rede nacional.

4.10.3. Jitter máximo de **30 ms**.

4.10.4. Taxa de perda de pacotes inferior a **1%**.

4.11. Redundância e Continuidade

4.11.1. Estrutura que permita rápida recuperação em caso de falhas.

4.11.2. Possibilidade de utilização de redundância em pontos críticos, a critério da Administração.

4.12. Suporte Técnico

4.12.1. Disponibilização de suporte técnico remoto e presencial, **24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7)**.

4.12.2. Atendimento a chamados em até **2 horas** para ocorrências críticas.

4.12.3. Equipe técnica habilitada e certificada para manutenção preventiva e corretiva.

4.13. Manutenção e Monitoramento

4.13.1. Monitoramento proativo da rede, com detecção e solução de falhas.

4.13.2. Realização de manutenções programadas com aviso prévio mínimo de 48 horas.

4.13.3. Relatórios periódicos de desempenho e disponibilidade do serviço.

4.14. Infraestrutura e Instalação

4.14.1. Cabeamento e equipamentos necessários para a entrega do serviço fornecidos pela contratada.

4.14.2. Garantia de que a infraestrutura instalada esteja de acordo com normas técnicas e de segurança vigentes.

4.15. Obrigações da Contratada além daquelas previstas na minuta do contrato

4.15.1. Garantir o pleno funcionamento dos links durante toda a vigência contratual.

4.15.2. Substituir equipamentos defeituosos sem custo adicional para a Administração.

4.15.3. Manter atualizada a documentação técnica dos serviços prestados.

4.16. Garantia da contratação

4.16.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.16.2. Por, não haver complexidade e vultuosidade na contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

4.16.3. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

4.16.4. A exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

4.17. Requisitos de Sustentabilidade

4.17.1. A contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.

4.17.2. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

4.17.3. Realizar a gestão adequada de resíduos e subprodutos gerados durante a manutenção dos serviços.

4.18. Da classificação dos serviços comuns

4.18.1. Os serviços a serem contratados atendem a classificação de serviços comum, por se tratar de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado e com base nos levantamentos realizados.

4.19. Dos locais onde os serviços serão prestados:

| PONTOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | | |
|---------------------------------------|--|-----------|
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | PREDIO DA PREFEITURA | 1GB |
| 2 | PREDIO ADMINISTRATIVO | 1GB |
| 3 | POLICIA MILITAR | 300 MEGAS |
| 4 | POLICIA CIVIL | 300 MEGAS |
| 5 | SETOR DE LICITAÇÃO | 300 MEGAS |
| 6 | SETOR FINANCEIRO E SETOR DE RH | 300 MEGAS |
| 7 | POSTO DE IDENTIFICAÇÃO | 300 MEGAS |
| 8 | JUNTA MILITAR | 300 MEGAS |
| PONTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | | |
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 500 MEGAS |
| 2 | ESCOLA PLÍNIO CARNEIRO | 300 MEGAS |
| 3 | COLEGIO MUNICIPAL DE BIRITINGA | 300 MEGAS |
| 4 | CASA DE APOIO | 300 MEGAS |
| 5 | GARAGEM DE ONIBUS EDUCAÇÃO | 300 MEGAS |
| 6 | COLEGIO EUJACIO SIMOES | 300 MEGAS |
| 7 | ALMOXARIFADO SEC. EDUCAÇÃO | 300 MEGAS |
| 8 | COLEGIO DOM BOSCO | 300 MEGAS |
| 9 | SETOR DE MERENDA | 300 MEGAS |
| 10 | ATELIE COSTURA | 300 MEGAS |
| Nº | ZONA RURAL | PLANO |
| 11 | ESCOLA MUNICIPAL SANTA CECILIA (LOCALIZADA NO POVOADO MORRO DA ILHA) | 300 MEGAS |
| 12 | ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOZA (LOCALIZADA NO POVOADO BARRO BRANCO) | 300 MEGAS |
| 13 | ESCOLA MUNICIPAL MARIA QUITÉRIA (LOCALIZADA NO POVOADO CARDOSO) | 300 MEGAS |
| 14 | ESCOLA MUNICIPAL MARIA CARDOSO (LOCALIZADA NO POVOADO PERNA MOLE) | 300 MEGAS |
| 15 | ESCOLA MUNICIPAL RUBEM BRAGA (LOCALIZADA NO POVOADO BEIRA DO RIO) | 300 MEGAS |
| 16 | ESCOLA MUNICIPAL OSVALDO CRUZ (LOCALIZADA NO POVOADO BURACO DO DINHEIRO) | 300 MEGAS |
| 17 | ESCOLA MUNICIPAL MANOEL PEDREIRA GOMES (LOCALIZADA NO POVOADO GAMELEIRO) | 300 MEGAS |
| 18 | ESCOLA MUNICIPAL CASTRO ALVES (LOCALIZADA NO POVOADO SERRA BRANCA) | 300 MEGAS |
| 19 | ESCOLA MUNICIPAL ARISTEU BARBOSA (LOCALIZADA NO POVOADO TRINDADE) | 300 MEGAS |
| 20 | ESCOLA SÃO FELIX (LOCALIZADA NO POVOADO PAI FILIPE) | 300 MEGAS |
| 21 | ESCOLA MUNICIPAL TEREZA SIMÕES (LOCALIZADA NO POVOADO BOA VISTA) | 300 MEGAS |
| 22 | ESCOLA MUNICIPAL SANTA VIRGINIA (LOCALIZADA NO POVOADO SANTA VIRGINIA) | 300 MEGAS |
| 23 | ESCOLA MUNICIPAL MARGARIDA ALVES (LOCALIZADA NO POVOADO BAIXA PEQUENA) | 300 MEGAS |
| PONTOS DA SECRETARIA DE SAÚDE | | |
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | HOSPITAL MUNICIPAL | 500 MEGAS |
| 2 | SECRETARIA DE SAÚDE | 500 MEGAS |
| 3 | PSF 1 | 300 MEGAS |
| 4 | ENDEMIAS | 300 MEGAS |
| 5 | CAPS | 300 MEGAS |
| 6 | PSF 2 | 300 MEGAS |
| 7 | CENTRO DE IMUNIZAÇÃO E FISIOTERAPIA | 300 MEGAS |
| 8 | GARAGEM DA SAÚDE | 300 MEGAS |
| 10 | CASA DE APOIO | 300 MEGAS |
| 11 | SEDE DA SAMU | 300 MEGAS |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

| | | |
|---|--|--------------|
| 12 | CPD - EM CIMA DA SECRETARIA DE SAÚDE | 300 MEGAS |
| ZONA RURAL | | PLANO |
| 13 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Bebedouro | 300 MEGAS |
| 14 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Lutanda | 300 MEGAS |
| 15 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Vila Nova | 300 MEGAS |
| 16 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Gameleiro | 300 MEGAS |
| 17 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Araças | 300 MEGAS |
| 18 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Campo da Ema | 300 MEGAS |
| 19 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Barreiro | 300 MEGAS |
| 20 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Serra Branca | 300 MEGAS |
| 21 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Trindade | 300 MEGAS |
| 22 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pontal | 300 MEGAS |
| 23 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Montanha | 300 MEGAS |
| 24 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Baixa Funda | 300 MEGAS |
| 25 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Salgado | 300 MEGAS |
| 26 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Cardoso | 300 MEGAS |
| 27 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Boa Vista | 300 MEGAS |
| 28 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Boa Sorte | 300 MEGAS |
| 29 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Barroão | 300 MEGAS |
| 30 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Morro da Ilha | 300 MEGAS |
| 31 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Sete Ferros | 300 MEGAS |
| 32 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Candeal | 300 MEGAS |
| 33 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. União | 300 MEGAS |
| 34 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Buraco do dinheiro | 300 MEGAS |
| PONTOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 500 MEGAS |
| 2 | CRAS | 300 MEGAS |
| 3 | CONSELHO TUTELAR | 300 MEGAS |
| 4 | CRAS 2 - BOLSA FAMILIA | 300 MEGAS |
| 5 | CREAS | 300 MEGAS |
| PONTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE | | |
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | ESTÁDIO MUNICIPAL DE BIRITINGA | 300 MEGAS |
| 2 | ESTÁDIO MUNICIPAL DE BIRITINGA CABINE DE TRANSMISSÃO | 300 MEGAS |
| 3 | PRAÇA DA CIENCIA | 300 MEGAS |
| PONTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS | | |
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | RECURSOS HIDRIGOS | 300 MEGAS |
| 2 | SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS DÍDRICOS | 300 MEGAS |
| PONTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA | | |
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA | 300 MEGAS |
| 2 | CRED BAHIA - CENTRO | 300 MEGAS |
| PONTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA | | |
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA | 300 MEGAS |

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, a execução dos serviços será prorrogada automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.1.3. As comunicações entre o Município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.1.7. O prazo para início da execução dos serviços é de até 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado por igual período a critério do Município.

5.1.8. A Empresa vencedora deverá instalar e testar os pontos. A Ativação dos mesmos para fins de contrato somente será efetivado a partir do momento que Prefeitura emitir a Ordem de Ativação do mesmo. E esta ativação deverá ser executada num prazo máximo de 24hs.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

- 5.1.9. Os serviços deverão ser executados nos locais determinados pela secretaria demandante.
- 5.1.10. Os serviços serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.1.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.1.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, cumprimento das especificações e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.1.13. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6. MODELO DE GESTÃO, DO PREPOSTO, FISCALIZAÇÃO E GESTOR DO CONTRATO

6.1. Da gestão

6.1.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2. Do Preposto

6.2.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.2.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de 12 meses conforme o período de vigência da execução do contrato, para as devidas manutenções necessárias da conexão dos links de internet.

6.2.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.3. Da Fiscalização

6.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.3.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.3.3. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.3.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.3.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.3.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.3.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.3.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.3.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.3.10. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá a seguinte rotina:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

6.3.10.1. Realizará visitas aos locais de execução dos serviços para verificar se as rotinas estão acontecendo dentro do previsto no ETP, apêndice do Termo de Referência.

6.4. Gestor do Contrato

6.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.4.8. O Gestor de Contrato será designado na assinatura do Termo de Contrato.

7. CRITÉRIOS AVALIAÇÃO, RECEBIMENTO, MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Da avaliação:

7.1.1. Os serviços serão constantemente avaliados, para verificar a qualidade e a velocidade contratada dos links.

7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.1.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida os serviços contratados;

7.2. Da medição

7.2.1. Ao final de cada mês, da execução contratual, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha detalhada.

7.2.2. Aprovada a medição, a contratada emitirá nota fiscal dos serviços prestados, com planilha anexa de cada ponto de internet conectado.

7.3. Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10(dez) dias, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências contratuais. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências dos serviços.

7.3.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, que poderá resultar no



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.3.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.3.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.3.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30(trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.3.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, na qualidade dos serviços prestados, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.3.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.10. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.11. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3.12. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.3.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.3.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4. Liquidação

7.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.4.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, conforme documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.6. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital e anexos;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5. Prazo de pagamento

7.5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.6. Forma de pagamento

7.6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

8.2. Exigências de habilitação:

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.2. Habilitação jurídica

I - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

III - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

IV - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

VI - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.2.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

III - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.3.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.4. Qualificação Econômico-Financeira

I - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.2.4.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.2.4.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.2.4.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.2.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.3. Qualificação Técnica

8.3.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.3.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.3.3. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

8.3.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.3.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.3.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$261.000,00, conforme custos unitários apostos nas Tabelas dos Itens a seguir:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | QTD | UND | VALOR UNIT. R\$ | VALOR MÉDIO MENSAL R\$ | VALOR MÉDIO PARA 12 MESES R\$ |
|------|--|-----|-----|-----------------|------------------------|-------------------------------|
| 01 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | 2 | GB | R\$1.450,00 | R\$ 2.900,00 | R\$34.800,00 |
| 02 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | 4 | GB | R\$1.450,00 | R\$5.800,00 | R\$69.600,00 |
| 03 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | 4 | GB | R\$1.450,00 | R\$5.800,00 | R\$69.600,00 |
| 04 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | 1 | GB | R\$1.450,00 | R\$1.450,00 | R\$17.400,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

| | | | | | | |
|---------------------------------------|--|---|----|-------------|-------------|----------------------|
| 05 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | 1 | GB | R\$1.450,00 | R\$1.450,00 | R\$17.400,00 |
| 06 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. CATSER: 26484 OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | 1 | GB | R\$1.450,00 | R\$1.450,00 | R\$17.400,00 |
| 07 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | 1 | GB | R\$1.450,00 | R\$1.450,00 | R\$17.400,00 |
| 08 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA EVENTOS, TURISMO E LAZER Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | 1 | GB | R\$1.450,00 | R\$1.450,00 | R\$17.400,00 |
| VALOR MÉDIO TOTAL DO GRUPO R\$ | | | | | | R\$261.000,00 |

9.2. Critérios de aceitabilidade de preços.

9.3. Na apresentação da proposta o critério de aceitabilidade do valor será por grupo, não podendo ficar item sem valor.

9.4. A licitante vencedora deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha os preços de cada Item do grupo.

9.5. A administração solicitará da licitante que apresentar valores abaixo de 50%, durante a fase de lances, que ela apresente a composição dos custos de sua proposta para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

9.6. A administração caso entenda necessário poderá visitar o estabelecimento da Empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar, para verificar se as informações declaradas condizem com a realidade.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 05/05 07/07 08/08 09/09 10/10 11/11 12/12 14/14

Projeto atividade: 2005/2008/2014/2026/2068/2076/2060/2058.

Elemento de despesa: 3.3.9.0.39.0000



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Fonte de Recurso: 1500

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município.

10.1.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

10.1.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Biritinga, 14 de janeiro de 2026.


COSME NILTON OLIVEIRA CRUZ
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



APENDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

Este documento é a primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o **interesse público** envolvido e a **melhor solução** para atender ao Documento Formalização de Demanda “DFD” e da base para a elaboração do Termo de Referência, caso se conclua pela viabilidade da contratação. Dessa forma, o documento fornece subsídios essenciais para a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação. O presente Estudo Técnico Preliminar está sendo formalizado em consonância com o disposto no art. 6º, inciso XX e ainda em conformidade com o art. 18, I, Parágrafo § 1º e § 2º da Lei 14.133/2021.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de links de internet para atendimento das demandas dos Fundos e das Secretarias do Município de Biritinga/BA.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Trata-se da realização dos Estudos Técnicos Preliminares visando o levantamento de elementos e a análise da viabilidade para a contratação de serviços de links de internet. A Administração Municipal de Biritinga necessita garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos e administrativos que dependem de conexão estável de internet, segura e de alta disponibilidade, mediante enlace em fibra óptica, com link dedicado e endereço IP público estático. Neste contexto, a contratação do objeto é justificada pela necessidade dos serviços de link de conectividade em fibra óptica, incluindo a instalação dos equipamentos necessários para liberação do acesso, de modo a atender as Secretarias, Fundos Municipais, Unidades de Saúde, escolas, Hospital Municipal e Unidades de Saúde e demais departamentos localizados na área urbana e rural em suporte às demandas deste Município.

A decisão de contratar fundamenta-se nas seguintes razões:

A medida justifica-se pelas seguintes razões:

Continuidade dos serviços públicos – A conexão de internet é essencial para o funcionamento de setores como Paço Municipal, Secretarias, Unidades de Saúde, escolas, UPA e demais órgãos da área urbana, bem como para a integração das áreas rurais por meio de solução satelital.

Comunicação e integração – A conectividade possibilita comunicação ágil entre departamentos, compartilhamento seguro de informações e melhor tomada de decisões, favorecendo a eficiência da gestão municipal.

Atendimento ao cidadão – Um serviço estável permite oferecer serviços digitais como emissão de documentos, agendamento de consultas, acesso a sistemas de saúde e educação, pagamentos e protocolos online, ampliando a comodidade e reduzindo deslocamentos.

Modernização administrativa – A internet viabiliza o uso de softwares de gestão, sistemas financeiros e plataformas em nuvem, além de possibilitar teletrabalho e reuniões virtuais, otimizando processos e reduzindo custos.

Transparência e participação social – A conexão assegura a divulgação de informações públicas, relatórios e projetos em andamento, fortalecendo a transparência governamental e incentivando o controle social.

Capacitação dos servidores – O acesso à internet permite participação em cursos, treinamentos e formações online, melhorando a qualificação e o desempenho dos servidores municipais.

Segurança e alta disponibilidade – Considerando experiências anteriores de indisponibilidade de internet, torna-se imprescindível contratar links redundantes, preferencialmente de fornecedores distintos, para mitigar riscos de falha, garantindo maior estabilidade e continuidade dos serviços.

Diante do contexto, o acesso à internet é fundamental para o funcionamento eficiente das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Agricultura, entre outros:

Meio Ambiente e Cultura: A prioridade na disponibilização de links de internet justifica-se pelos seguintes motivos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Eficiência Administrativa: A Secretaria de Administração necessita de acesso contínuo à internet para a realização de atividades administrativas, gerenciamento de sistemas internos e atendimento ao público.

Educação de Qualidade: Na Secretaria de Educação, o acesso à internet é essencial para a implementação de tecnologias educacionais, comunicação entre escolas e órgãos centrais, bem como para o uso de plataformas de ensino remoto.

Atendimento à Saúde: A Secretaria de Saúde utiliza a internet para o gerenciamento de prontuários eletrônicos, acesso a sistemas nacionais de saúde e comunicação rápida com unidades de atendimento, garantindo a continuidade dos serviços e emergências.

Assistência Social: A Secretaria de Assistência Social depende de conexão para acessar bancos de dados de programas sociais, cadastro de beneficiários e emissão de relatórios para tomadas de decisão.

Promoção do Esporte e Lazer: A Secretaria de Esporte utiliza a internet para a divulgação de eventos, comunicação com atletas e associações esportivas, além do planejamento de atividades comunitárias.

Fomento à Agricultura e Meio Ambiente: Nas Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, a conexão é indispensável para o acesso a informações técnicas, envio de relatórios e promoção de práticas sustentáveis.

Preservação Cultural: A Secretaria de Cultura utiliza a internet para promover eventos culturais, gerenciar acervos e ampliar o acesso da população às iniciativas culturais.

Além disso, é imprescindível reduzir os riscos de indisponibilidade dos serviços de internet, pois, experiências anteriores demonstraram que falhas de conectividade acarretam prejuízos operacionais e administrativos, prejudicando a prestação de serviços essenciais.

Considerando que a internet é um serviço essencial, comparável ao fornecimento de água e energia elétrica, a contratação deve contemplar solução de alto desempenho, com disponibilidade garantida, segurança, evolução tecnológica e flexibilidade para expansões futuras. Assim, conclui-se que a contratação e instalação de links de internet dedicados para o Paço Municipal, Unidades de Saúde, escolas, Centro Administrativo, e demais departamentos é plenamente justificada, diante dos benefícios em termos de eficiência operacional, qualidade do serviço público, modernização administrativa, fortalecimento da transparência e ampliação do acesso da população às políticas públicas.

3. DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentária e na Lei Orçamentária Anual do Município de Biritinga, estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

4. ÁREA REQUISITANTE

A presente demanda é requerida pela Secretarias Municipais de Biritinga, conforme a seguir:

| |
|---------------------------------------|
| Secretário de Administração |
| Secretário de Educação |
| Secretário de Saúde |
| Secretária de Assistência Social |
| Secretário de Esporte |
| Secretária de Agricultura |
| Secretária de Cultura |
| Secretaria Municipal de Meio Ambiente |

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da disponibilização do link:

O Link de conexão com a internet deve ser por fibra óptica.

Não deve estar atrelado a serviço de telefonia/assinatura básica mensal ou franquias de upload e download.

Nos valores dos serviços devem estar incluso os serviços e materiais necessários para a instalação e funcionamento do serviço.

Caso necessário deverão ser fornecidas as instruções mínimas para acesso as configurações dos serviços.

Requisitos de manutenção, garantia e disponibilidade

Todos os requisitos citados se aplicam a todos os itens contratados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

O prazo máximo para a solução de qualquer problema de inoperância nos circuitos do ponto de acesso, seja ele decorrente de defeito físico do próprio circuito ou de configuração de equipamentos de comunicação de dados, será de 24 (vinte e quatro) horas a partir da data da comunicação formal da CONTRATANTE à CONTRATADA.

O prazo máximo para a solução de qualquer problema de inoperância, que implique em substituição de componentes de hardware, será de 24 (vinte e quatro) horas a partir da data da comunicação formal da CONTRATANTE à CONTRATADA.

Independentemente desse prazo, a empresa estará sujeita às glosas por descumprimento de nível de serviço previstas neste ETP e no Termo de Referência.

Link de conexão banda larga com a Internet por fibra óptica de no mínimo observado nos itens deste ETP, sem serviço de telefonia/assinatura básica mensal, sendo incluído o fornecimento de todos os equipamentos necessários para o funcionamento do serviço, incluindo aparelho wi-fi.

Requisitos temporais

Na contagem dos prazos estabelecidos neste ETP, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos (ou horas corridas, quando definido em horas).

Todos os eventos de trabalho que envolva participação de integrantes da CONTRATADA em ambiente da CONTRATANTE serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira das 08:00 às 18:00, exceto feriados, salvo acordo entre as partes e os necessários para o restabelecimento do serviço.

O prazo de início da execução das Ordem de Serviço de Fornecimento será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da entrega ao Preposto da CONTRATADA por qualquer meio formal de comunicação, salvo quando definida outra data pela CONTRATANTE na Ordem.

Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização do contrato deverão ser prestados imediatamente pela CONTRATADA, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 6 (seis) horas úteis.

Não será computado o tempo de atraso quando este estiver sido ocasionado pela CONTRATANTE ou por fatos supervenientes que independam de ações da CONTRATADA, desde que devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE.

Não são considerados casos ou fatos supervenientes as situações externas que poderiam ter sido contornadas ou mitigadas por ações de logística preventivas ou reativas da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá disponibilizar, os serviços no local indicado, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contados da emissão da Ordem de Serviço.

Os atendimentos de suporte e assistência técnica deverão ser prestados em local a ser indicado pela CONTRATADA, inclusive os de substituição de equipamentos.

Requisitos de segurança

Todas as informações, imagens, aplicativos e documentos providos pela CONTRATANTE ou oriundos das informações que forem propriedade da CONTRATANTE que forem manuseados e utilizados, são de propriedade da CONTRATANTE, não podendo ser repassadas, copiadas, alteradas ou absorvidas na relação de bens da CONTRATADA, bem como, de seus executores, sem expressa autorização da CONTRATANTE.

Será considerado ilícito a divulgação, o repasse ou utilização indevida de informações, bem como dos documentos, imagens, gravações e informações utilizados durante a prestação dos serviços. A CONTRATADA obriga-se a dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.

Todas as informações obtidas ou extraídas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo a CONTRATADA zelar por si e por seus sócios, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

Por, não haver complexidade e vultuosidade na contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

A exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

Requisitos de Sustentabilidade

A contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.

A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

Da classificação dos serviços comuns

Os serviços a serem contratados atendem a classificação de serviços comum, por se tratar de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado e com base nos levantamentos realizados.

Tecnologia da Conexão

Fornecimento de internet **exclusivamente via fibra óptica**.

Instalação, configuração e ativação dos links inclusos no serviço.

Velocidade e Capacidade

Disponibilização de links com velocidades simétricas (upload e download).

Garantia de banda mínima contratada, sem redução em horários de pico.

Capacidade escalável, permitindo futura ampliação de velocidade conforme necessidade da Administração.

Disponibilidade e Qualidade do Serviço (SLA)

Disponibilidade mínima de **99% (noventa e nove por cento)** ao mês.

Latência média inferior a **50 ms** dentro da rede nacional.

Jitter máximo de **30 ms**.

Taxa de perda de pacotes inferior a **1%**.

Redundância e Continuidade

Estrutura que permita rápida recuperação em caso de falhas.

Possibilidade de utilização de redundância em pontos críticos, a critério da Administração.

Suporte Técnico

Disponibilização de suporte técnico remoto e presencial, **24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7)**.

Atendimento a chamados em até **2 horas** para ocorrências críticas.

Equipe técnica habilitada e certificada para manutenção preventiva e corretiva.

Manutenção e Monitoramento

Monitoramento proativo da rede, com detecção e solução de falhas.

Realização de manutenções programadas com aviso prévio mínimo de 48 horas.

Relatórios periódicos de desempenho e disponibilidade do serviço.

Infraestrutura e Instalação

Cabeamento e equipamentos necessários para a entrega do serviço fornecidos pela contratada.

Garantia de que a infraestrutura instalada esteja de acordo com normas técnicas e de segurança vigentes.

Obrigações da Contratada

Garantir o pleno funcionamento dos links durante toda a vigência contratual.

Substituir equipamentos defeituosos sem custo adicional para a Administração.

Manter atualizada a documentação técnica dos serviços prestados.

Da execução

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O prazo para início da execução dos serviços é de até 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogados por igual período a critério do Município.

A Empresa vencedora deverá instalar e testar os pontos. A Ativação dos mesmos para fins de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

contrato somente será efetivado a partir do momento que Prefeitura emitir a Ordem de Ativação do mesmo. E esta ativação deverá ser executada num prazo máximo de 24hs.

Os serviços deverão ser executados nos locais determinados pela secretaria demandante.

Os serviços serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, cumprimento das especificações e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado constitui etapa fundamental para assegurar que a contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações, destinada ao fornecimento de links de Internet via fibra óptica para atendimento dos Fundos e das Secretarias do Município de Biritinga/BA, seja realizada de maneira eficiente e alinhada às soluções tecnológicas disponíveis.

Análise das possíveis soluções

Com base em contratações semelhantes identificadas no portal *compras.gov.br*, foram analisadas as principais soluções de conectividade atualmente oferecidas no mercado:

- a) **Banda Larga Fixa** – solução de alta velocidade e estabilidade, fornecida por meio de fibra óptica, cabo coaxial ou DSL, dependendo da infraestrutura local. Permite velocidades simétricas adequadas para upload e download de dados.
- b) **Conexão via Fibra Óptica** – tecnologia que oferece largura de banda elevada e baixa latência, garantindo maior confiabilidade. É ideal para transferência de grandes volumes de dados e aplicações sensíveis à latência.
- c) **Conexões Dedicadas** – asseguram exclusividade da largura de banda, evitando compartilhamento com outros usuários. São indicadas para ambientes que exigem alta disponibilidade e desempenho constante.
- d) **Conexão Móvel (4G/5G)** – alternativa viável em áreas onde a infraestrutura fixa é limitada. Oferece mobilidade e cobertura em locais remotos, podendo ser usada de forma complementar.
- e) **Redundância de Conexão** – fundamental para assegurar a continuidade do serviço. Consiste na contratação de múltiplas fontes de conectividade, reduzindo riscos de interrupção e garantindo maior resiliência da rede.

Definição da solução

Após a análise, concluiu-se que a solução mais adequada para atender às necessidades do Município de Biritinga/BA é a **conexão via fibra óptica**.

Justificativa da escolha

A opção pela fibra óptica fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- Disponibilidade da tecnologia no município;
- Elevada estabilidade da conexão;
- Alta velocidade de transmissão, com capacidade para suportar demandas crescentes;
- Velocidades simétricas, garantindo eficiência tanto em upload quanto em download;
- Confiabilidade e desempenho compatíveis com as necessidades administrativas e operacionais dos Fundos e Secretarias Municipais;
- Adequação para aplicações críticas e serviços que exigem baixa latência.

Dessa forma, a escolha da fibra óptica representa a melhor combinação entre qualidade, desempenho e eficiência, assegurando conectividade robusta para o funcionamento da administração pública e para o atendimento das demandas da comunidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução a ser implementada consiste na contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações, visando o fornecimento de links de Internet via fibra óptica para atendimento dos Fundos e das Secretarias do Município de Biritinga/BA.

O serviço a ser contratado deverá contemplar a instalação, ativação, configuração, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva dos links de internet, garantindo conectividade estável, segura e de alta performance para os órgãos da administração municipal.

A conexão via fibra óptica foi definida como a tecnologia mais adequada, considerando a necessidade de assegurar velocidades simétricas (upload e download), baixa latência, alta disponibilidade e escalabilidade para atender demandas crescentes de tráfego de dados. Essa solução permitirá a integração dos setores administrativos, otimização dos fluxos de trabalho e a execução eficiente das atividades institucionais, em especial aquelas relacionadas a sistemas de gestão, plataformas de governo eletrônico, comunicação digital, videoconferências, educação, saúde e serviços à comunidade.

A proposta engloba ainda a possibilidade de implementação de redundância de conexão em pontos críticos, garantindo a continuidade dos serviços em caso de falhas, além da previsão de suporte técnico especializado, com atendimento remoto e presencial, conforme a necessidade identificada.

Portanto, a solução apresentada atende integralmente às necessidades deste Município, oferecendo infraestrutura moderna, confiável e segura, alinhada às práticas de mercado e capaz de sustentar as atividades administrativas e operacionais de forma eficiente e ininterrupta.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADOS

Conforme Documento de Formalização de Demanda a estimativa da quantidade dos Itens necessários para atender as demandas das Secretarias e dos Fundos Municipais, com a disponibilização de links de internet conforme a seguir:

| ITEM 01: LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | | | |
|--|--|-------|-----|-------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | QTD. | UND | PRAZO MESES |
| 1 | Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. | 2/MÊS | GB | 12 |
| ITEM 02: LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | | | |
| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | QTD. | UND | PRAZO MESES |
| 02 | Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. | 4/MÊS | GB | 12 |
| ITEM 03: LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | |
| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | QTD. | UND | PRAZO MESES |
| 03 | Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. | 4/MÊS | GB | 12 |
| ITEM 04: LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | |
| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | QTD. | UND | PRAZO MESES |
| 04 | Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. | 1/MÊS | GB | 12 |
| ITEM 05: LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA | | | | |
| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | QTD. | UND | PRAZO MESES |
| 05 | Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. | 1/MÊS | GB | 12 |
| ITEM 06: LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS | | | | |
| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | QTD. | UND | PRAZO MESES |
| 06 | Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. | 1/MÊS | GB | 12 |
| ITEM 07: LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE | | | | |
| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | QTD. | UND | PRAZO MESES |
| 07 | Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. | 1/MÊS | GB | 12 |
| ITEM 08: LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA EVENTOS, TURISMO E LAZER. | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | QTD. | UND | PRAZO MESES |
|------|--|-------|-----|-------------|
| 08 | Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. | 1/MÊS | GB | 12 |

DOS PONTOS ONDE SERAM INSTALADOS OS SERVIÇOS DE CADA SECRETARIA

| PONTOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | | |
|---------------------------------------|--|-----------|
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | PREDIO DA PREFEITURA | 1GB |
| 2 | PREDIO ADMINISTRATIVO | 1GB |
| 3 | POLICIA MILITAR | 300 MEGAS |
| 4 | POLICIA CIVIL | 300 MEGAS |
| 5 | SETOR DE LICITAÇÃO | 300 MEGAS |
| 6 | SETOR FINANCEIRO E SETOR DE RH | 300 MEGAS |
| 7 | POSTO DE IDENTIFICAÇÃO | 300 MEGAS |
| 8 | JUNTA MILITAR | 300 MEGAS |
| PONTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | | |
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 500 MEGAS |
| 2 | ESCOLA PLÍNIO CARNEIRO | 300 MEGAS |
| 3 | COLEGIO MUNICIPAL DE BIRITINGA | 300 MEGAS |
| 4 | CASA DE APOIO | 300 MEGAS |
| 5 | GARAGEM DE ONIBUS EDUCAÇÃO | 300 MEGAS |
| 6 | COLEGIO EUJACIO SIMOES | 300 MEGAS |
| 7 | ALMOXARIFADO SEC. EDUCAÇÃO | 300 MEGAS |
| 8 | COLEGIO DOM BOSCO | 300 MEGAS |
| 9 | SETOR DE MERENDA | 300 MEGAS |
| 10 | ATELIE COSTURA | 300 MEGAS |
| Nº | ZONA RURAL | PLANO |
| 11 | ESCOLA MUNICIPAL SANTA CECILIA (LOCALIZADA NO POVOADO MORRO DA ILHA) | 300 MEGAS |
| 12 | ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOZA (LOCALIZADA NO POVOADO BARRO BRANCO) | 300 MEGAS |
| 13 | ESCOLA MUNICIPAL MARIA QUITÉRIA (LOCALIZADA NO POVOADO CARDOSO) | 300 MEGAS |
| 14 | ESCOLA MUNICIPAL MARIA CARDOSO (LOCALIZADA NO POVOADO PERNA MOLE) | 300 MEGAS |
| 15 | ESCOLA MUNICIPAL RUBEM BRAGA (LOCALIZADA NO POVOADO BEIRA DO RIO) | 300 MEGAS |
| 16 | ESCOLA MUNICIPAL OSVALDO CRUZ (LOCALIZADA NO POVOADO BURACO DO | 300 MEGAS |
| 17 | ESCOLA MUNICIPAL MANOEL PEDREIRA GOMES (LOCALIZADA NO POVOADO | 300 MEGAS |
| 18 | ESCOLA MUNICIPAL CASTRO ALVES (LOCALIZADA NO POVOADO SERRA BRANCA) | 300 MEGAS |
| 19 | ESCOLA MUNICIPAL ARISTEU BARBOSA (LOCALIZADA NO POVOADO TRINDADE) | 300 MEGAS |
| 20 | ESCOLA SÃO FELIX (LOCALIZADA NO POVOADO PAI FILIPE) | 300 MEGAS |
| 21 | ESCOLA MUNICIPAL TEREZA SIMÕES (LOCALIZADA NO POVOADO BOA VISTA) | 300 MEGAS |
| 22 | ESCOLA MUNICIPAL SANTA VIRGINIA (LOCALIZADA NO POVOADO SANTA VIRGINIA) | 300 MEGAS |
| 23 | ESCOLA MUNICIPAL MARGARIDA ALVES (LOCALIZADA NO POVOADO BAIXA PEQUENA) | 300 MEGAS |
| PONTOS DA SECRETARIA DE SAÚDE | | |
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | HOSPITAL MUNICIPAL | 500 MEGAS |
| 2 | SECRETARIA DE SAÚDE | 500 MEGAS |
| 3 | PSF 1 | 300 MEGAS |
| 4 | ENDEMIAS | 300 MEGAS |
| 5 | CAPS | 300 MEGAS |
| 6 | PSF 2 | 300 MEGAS |
| 7 | CENTRO DE IMUNIZAÇÃO E FISIOTERAPIA | 300 MEGAS |
| 8 | GARAGEM DA SAÚDE | 300 MEGAS |
| 10 | CASA DE APOIO | 300 MEGAS |
| 11 | SEDE DA SAMU | 300 MEGAS |
| 12 | CPD - EM CIMA DA SECRETARIA DE SAÚDE | 300 MEGAS |
| | ZONA RURAL | PLANO |
| 13 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Bebedouro | 300 MEGAS |
| 14 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Lutanda | 300 MEGAS |
| 15 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Vila Nova | 300 MEGAS |
| 16 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Gameleiro | 300 MEGAS |
| 17 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Araças | 300 MEGAS |
| 18 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Campo da Ema | 300 MEGAS |
| 19 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Barreiro | 300 MEGAS |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

| | | |
|---|--|--------------|
| 20 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Serra Branca | 300 MEGAS |
| 21 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Trindade | 300 MEGAS |
| 22 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pontal | 300 MEGAS |
| 23 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Montanha | 300 MEGAS |
| 24 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Baixa Funda | 300 MEGAS |
| 25 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Salgado | 300 MEGAS |
| 26 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Cardoso | 300 MEGAS |
| 27 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Boa Vista | 300 MEGAS |
| 28 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Boa Sorte | 300 MEGAS |
| 29 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Barroão | 300 MEGAS |
| 30 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Morro da Ilha | 300 MEGAS |
| 31 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Sete Ferros | 300 MEGAS |
| 32 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Candéal | 300 MEGAS |
| 33 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. União | 300 MEGAS |
| 34 | UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMILIA Endereço: Pov. Buraco do dinheiro | 300 MEGAS |
| PONTOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 500 MEGAS |
| 2 | CRAS | 300 MEGAS |
| 3 | CONSELHO TUTELAR | 300 MEGAS |
| 4 | CRAS 2 - BOLSA FAMILIA | 300 MEGAS |
| 5 | CREAS | 300 MEGAS |
| PONTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE | | |
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | ESTÁDIO MUNICIPAL DE BIRITINGA | 300 MEGAS |
| 2 | ESTÁDIO MUNICIPAL DE BIRITINGA CABINE DE TRANSMISSÃO | 300 MEGAS |
| 3 | PRAÇA DA CIENCIA | 300 MEGAS |
| PONTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS | | |
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | RECURSOS HIDRIGOS | 300 MEGAS |
| 2 | SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS DÍDRICOS | 300 MEGAS |
| PONTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA | | |
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA | 300 MEGAS |
| 2 | CRED BAHIA - CENTRO | 300 MEGAS |
| PONTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA | | |
| Nº | SEDE | PLANO |
| 1 | SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA | 300 MEGAS |

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

De acordo com o que preconiza a Lei 14.133/2021, a eficiência e economicidade são princípios norteadores de todo e qualquer processo licitatório, determinando que o planejamento das contratações públicas deva sempre considerar o aproveitamento ótimo dos recursos disponíveis. Nesse contexto, o parcelamento do objeto é um aspecto que requer análise criteriosa, a fim de garantir a seleção da proposta mais vantajosa e a execução eficiente do contrato. Neste contexto, a presente contratação será realizada por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento o menor preço por grupo.

A decisão de realizar a licitação por grupo, fundamenta-se na necessidade de garantir a eficiência e a eficácia na execução dos serviços contratados. A divisão dos serviços entre diferentes empresas pode gerar diversos problemas, conforme exposto a seguir:

Coordenação e Integração de Serviços: A execução dos serviços de internet e manutenção frequentemente demanda uma integração eficaz entre as atividades.

Quando realizados por diferentes prestadores de serviços, há um risco significativo de falta de coordenação, resultando em atrasos, falhas na comunicação e dificuldades na resolução de problemas que envolvam ambos os serviços, pois o fornecedor que venha a ganhar o item de manutenção, não esteja familiarizado com o equipamento que a fornecedora que ganhou o item de internet tenha viabilizado, dificultando assim a manutenção.

Responsabilidade e Gestão de Contratos: Contratar um único fornecedor para todos os itens que são iguais ou similares, simplifica a gestão contratual e a responsabilização. Em caso de problemas ou falhas na execução dos serviços, a administração pública poderá acionar um único responsável, evitando a fragmentação de responsabilidades que pode dificultar a identificação e a correção de problemas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Eficiência Administrativa: A centralização dos serviços em um único prestador de serviços reduz a carga administrativa envolvida na gestão de múltiplos contratos, libera recursos e tempo para outras atividades estratégicas e aumenta a eficiência do processo administrativo.

Economia de Escala: A contratação de um único fornecedor para múltiplos serviços pode resultar em economia de escala, onde o fornecedor pode oferecer preços mais competitivos devido ao volume maior de serviços contratados.

Qualidade e Consistência: A execução dos serviços por uma única empresa pode assegurar uma maior qualidade e consistência, uma vez que o fornecedor terá uma visão abrangente de todas as necessidades do município e poderá planejar e executar os serviços de maneira integrada e coesa.

Dessa forma, a adoção de um processo licitatório por lote, incluindo os serviços de internet e manutenção, é justificada pela necessidade de garantir a coordenação, eficiência, responsabilidade, economia e qualidade na prestação dos serviços, proporcionando assim uma melhor gestão e atendimento às necessidades do Município de Biritinga. O quantitativo estabelecido neste Estudo Técnico Preliminar são estimados e servem como referência, podendo o Município de Biritinga, contratá-los em conformidade com suas necessidades, não havendo obrigatoriedade de consumo, constatando-se assim vantagem à administração a adoção de disputa por lote único.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Não foi possível realizar pesquisa em outros órgãos públicos em virtude da característica do objeto que é peculiar do Município, como também não se verificou contratações semelhantes no PNCP, ou Painele de Preços e neste contexto, a Secretária de Administração utilizou-se como instrumento para pesquisa de mercado o encaminhamento de cotações para empresas prestadoras de serviços atuantes do mercado conforme a seguir: O valor médio estimado de referência para a realização do Processo de contratação está em torno de R\$261.000,00, distribuídos conforme a seguir:

| GRUPO ÚNICO | | | | | | | EMPRESA 1 | | EMPRESA 2 | | EMPRESA 3 | |
|-------------|---|-----|-----|-----------------|--------------------------|-----------------------------|--|--------------|-------------------------------------|--------------|------------------------------------|--------------|
| | | | | | | | RAZÃO SOCIAL: | | | | | |
| | | | | | | | CNPJ: | | | | | |
| | | | | | | | SISALWEB INTERNET COMERCIO E SERVIÇOS LTDA | | CONEXUS SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA | | ASAS NET SERVIÇOS DE INTERNET LTDA | |
| | | | | | | | 14.285.403/0001-39 | | 07.616.132/0001-91 | | 48.843.465/0001-30 | |
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | QTD | UND | VALOR UNIT. R\$ | PREÇO MÉDIO UNIT/ MENSAL | PREÇO MÉDIO TOTAL/ 12 MESES | VALOR UNIT/GB | VALOR MENSAL | VALOR UNIT/GB | VALOR MENSAL | VALOR UNIT/GB | VALOR MENSAL |
| 01 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | 2 | GB | R\$ 1.450,00 | R\$ 2.900,00 | R\$ 34.800,00 | R\$ 1.500,00 | R\$ 3.000,00 | R\$ 1.400,00 | R\$ 2.800,00 | R\$ 1.450,00 | R\$ 2.900,00 |
| 02 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | 4 | GB | R\$ 1.450,00 | R\$ 5.800,00 | R\$ 69.600,00 | R\$ 1.500,00 | R\$ 6.000,00 | R\$ 1.400,00 | R\$ 5.600,00 | R\$ 1.450,00 | R\$ 5.800,00 |
| 03 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | 4 | GB | R\$ 1.450,00 | R\$ 5.800,00 | R\$ 69.600,00 | R\$ 1.500,00 | R\$ 6.000,00 | R\$ 1.400,00 | R\$ 5.600,00 | R\$ 1.450,00 | R\$ 5.800,00 |
| 04 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | 1 | GB | R\$ 1.450,00 | R\$ 1.450,00 | R\$ 17.400,00 | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.400,00 | R\$ 1.400,00 | R\$ 1.450,00 | R\$ 1.450,00 |
| 05 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas | 1 | GB | R\$ 1.450,00 | R\$ 1.450,00 | R\$ 17.400,00 | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.400,00 | R\$ 1.400,00 | R\$ 1.450,00 | R\$ 1.450,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

| | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|--|---|----|--------------|--------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | | | | | | | | | | | |
| 06 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | 1 | GB | R\$ 1.450,00 | R\$ 1.450,00 | R\$ 17.400,00 | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.400,00 | R\$ 1.400,00 | R\$ 1.450,00 | R\$ 1.450,00 |
| 07 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | 1 | GB | R\$ 1.450,00 | R\$ 1.450,00 | R\$ 17.400,00 | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.400,00 | R\$ 1.400,00 | R\$ 1.450,00 | R\$ 1.450,00 |
| 08 | LINK DE INTERNET PARA A SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA EVENTOS, TURISMO E LAZER Prestação de serviços com fornecimento de Link de internet dedicado, Full duplex, entregue através de fibra óptica, no perímetro urbano, ou rural conforme termo de referência, com acesso via IPv4 e IPv6 dinâmicos. OBS: Será necessário a instalação de IP Valido nas sedes das secretarias ou local em que o DTI solicitar; assim como poderá ser solicitado a instalação de ponto de acesso em locais públicos como praça ou em locais de eventos. CATSER: 26484 | 1 | GB | R\$ 1.450,00 | R\$ 1.450,00 | R\$ 17.400,00 | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.400,00 | R\$ 1.400,00 | R\$ 1.450,00 | R\$ 1.450,00 |
| VALOR MÉDIO TOTAL DO GRUPO R\$ | | | | | | R\$ 261.000,00 | | | | | | |

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não existe contratações correlatas e/ou interdependentes dentro do Município.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Trata-se de serviço com demanda regular não continuada, em que pese, constarem do calendário cultural do Município, entretanto, ocorrem em datas específicas, e por conta da composição do calendário, os eventos estão previstos na proposta orçamentária aprovadas para custeio das atividades fins deste Município.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Conforme estipula a Lei 14.133, em especial nos seus artigos que abordam a sustentabilidade e a necessidade de promover o desenvolvimento nacional sustentável, a contratação de serviços constante do objeto deste ETP, deve considerar os potenciais impactos ambientais inerentes a essas atividades. Assim, realizou-se um levantamento detalhado dos possíveis impactos ambientais, com a posterior proposição de medidas mitigadoras.

Deverá os fornecedores, sempre que possível, utilizar-se de materiais em consonância com as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se, no que couber:

- Menor impacto sobre os recursos naturais;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- Maior vida útil e menor custo de manutenção;
- Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na concepção e preparação dos materiais;
- Deve-se ainda, atender no os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação vigente.

Assim, visto que os itens objetos deste certame não são considerados altamente poluidores, julgasse desnecessária a exigência das certificações ambientais para esta contratação.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o desenvolvimento deste Estudo Técnico Preliminar, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, como também, evitar contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexecuível e superfaturamento na execução do contrato.

Dar continuidade da conectividade da rede interna do Município de Biritinga à rede mundial de computadores – Internet.

Prover acesso à internet link dedicado em caráter contínuo, ininterrupto de forma a operacionalizar



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

o funcionamento dos diversos sistemas necessários a consecução das atividades do Centro Administrativo, escolas e das demais unidades públicas;
Maior velocidade na transmissão da internet, tornando mais eficiente e ágil na prestação dos serviços ao público em geral e nas tarefas laborais;
Melhorar o desempenho percebido pelos usuários em sua interação com as aplicações que utiliza;
Melhora na qualidade dos links de comunicação;
Solução de alta disponibilidade e confiabilidade de acesso à internet de link dedicado.
Tornar a infraestrutura e os serviços de TI resistentes a falhas.
Ampliar a disponibilidade dos dados e a velocidade de comunicação e acesso aos sistemas institucionais. Assegurar a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários externos e internos.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

A fim de garantir a adequação da contratação ao interesse público e o alinhamento com as diretrizes da Lei 14.133, são necessárias as seguintes providências detalhadas:

- I. Capacitação dos servidores envolvidos no processo licitatório e na gestão do contrato, com foco nas particularidades da contratação de serviços do objeto deste ETP.
- II. Estabelecimento de critérios objetivos para avaliação da qualidade dos serviços prestados, com indicadores claros e mensuráveis.
- III. Formalização das etapas do processo licitatório, incluindo a elaboração do Edital e da minuta do contrato com seus respectivos anexos e termos de referência que reflitam as necessidades detalhadas da Prefeitura Municipal de Biritinga.
- IV. Estabelecimento de mecanismos de comunicação eficientes entre a área requisitante, a equipe de licitações e a empresa contratada, assegurando o fluxo de informações e a resolução ágil de pendências.
- V. Alinhamento constante entre as expectativas da Administração Municipal e a empresa contratada para evitar discrepâncias entre os serviços contratados e executados.
- VI. Pactuação de cláusulas contratuais que prevejam a forma de reajuste de preços, condições de pagamento, sanções em caso de inadimplência, entre outros mecanismos necessários para uma contratação segura e eficiente.
- VII. Implementação de processos e estruturas de governança para avaliação contínua, direcionamento e monitoramento dos processos licitatórios e dos respectivos contratos, de maneira a atender aos objetivos estipulados no Art. 11 da Lei 14.133.
- VIII. Observância das legislações ambientais aplicáveis e adoção de medidas mitigadoras de impactos ambientais, de acordo com o Art. 18, XII da Lei 14.133.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Após uma análise criteriosa dos aspectos técnicos, financeiros e legais envolvidos neste Estudo Técnico Preliminar, posicionamo-nos favoravelmente quanto à viabilidade e razoabilidade da contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações, destinada ao fornecimento de links de Internet via fibra óptica para atendimento dos Fundos e das Secretarias do Município de Biritinga/BA, conforme regido pela Lei 14.133. Este posicionamento apoia-se nos seguintes fundamentos:

- Observância dos princípios da eficiência, da publicidade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável (Art. 5º da Lei 14.133), que constituem diretrizes essenciais para a contratação pública em questão e que têm sido rigorosamente seguidos no decorrer de todo o processo de planejamento e estruturação do Edital.
- Atendimento ao interesse público (Art. 11 da Lei 14.133), tendo sido claramente demonstrado que a contratação contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos da Secretaria de Cultura, gerando resultados positivos para o Município de Biritinga e sua população.
- Tratamento isonômico entre os licitantes e estímulo à competitividade (Art. 11 da Lei 14.133), pois este Estudo Técnico Preliminar assegura a igualdade de condições a todos os participantes do certame licitatório, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa.
- Implementação de processos e estruturas para avaliar, direcionar e monitorar o processo licitatório (Art. 11, parágrafo único, da Lei 14.133), evidenciando um ambiente de integridade e confiabilidade, o que reforça a razoabilidade e adequação do procedimento adotado pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

- Alinhamento com o planejamento estratégico e compatibilização com o plano de contratações anual (Art. 12, VII, da Lei 14.133), comprovando que a futura contratação está em consonância com as diretrizes organizacionais e com as leis orçamentárias vigentes.
- Respeito à regra do processo licitatório, que contempla a publicação do ato convocatório e a formalização das contratações mediante critérios objetivos e transparentes (Art. 12 I e II da Lei 14.133).
- Viabilidade técnica e econômica no âmbito deste ETP (Art. 18, I e XI, da Lei 14.133), através da avaliação da capacidade técnica dos potenciais contratados e da adequação econômica dos preços apresentados no mercado.

Com base nessas considerações, conclui-se que a contratação proposta está em plena conformidade com os preceitos estabelecidos pela nova Lei de Licitações, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, racional e com o objetivo de promover o bem-estar comum. Dessa forma, recomenda-se a aprovação do Estudo Técnico Preliminar e a continuidade das fases subsequentes para efetivação da contratação, ficando aqui justificada a **VIABILIDADE** da contratação.

Biritinga, 06 de janeiro de 2026.


COSME NILTON OLIVEIRA CRUZ
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

MINUTA DE CONTRATO
MUNICÍPIO DE BIRITINGA

Processo Administrativo nº(.....)
Dispensa de Licitação nº(.....)

CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE BIRITINGA E
.....

O MUNICÍPIO DE BIRITINGA, com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para a....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência, a seguir:

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | UNID. | QUANT. | VALOR UNIT. R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|--------------------------|------------------------|-------|--------|--------------------|--------------------|
| | | | | | |
| | | | | | |
| VALOR TOTAL DO GRUPO R\$ | | | | | |

1.3. Vinculam ao objeto deste Contrato, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. Estudo Técnico Preliminar – Apêndice do Termo de Referência.
- 1.3.2. A Proposta da contratada;
- 1.3.3. Eventuais anexos e outros documentos.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura deste Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para esta Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução deste contrato, com informações de que os serviços tenham sido realizados regularmente;
- b) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Secretaria mantém interesse na realização dos serviços;
- c) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- d) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de execução, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será permitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima será pago de forma parcelada, de acordo com os serviços efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE E REPACTUAÇÃO (art. 92, V e 124)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Caso prorrogado, após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Será devido o equilíbrio econômico-financeiro, quando verificadas situações e condições do art. 124, inciso II alínea “d” da Lei 14.133/21.

7.10. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.

7.11. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este Contrato;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele refeito, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar a Assessoria Jurídica deste Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias.
- 8.11. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência, as cláusulas contratuais, e os termos de sua proposta.
- 8.13. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 8.14. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Contrato.
- 8.15. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber.
- 8.16. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes neste Contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e do Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto deste Contrato;
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando-se de equipamentos e de tecnologia que deverão atender às recomendações da boa técnica e a legislação de regência;
- 9.4. Refazer às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal de Contrato, os serviços executados nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de forma inadequada;
- 9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado ao Município ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Ato Convocatório, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.6. Não contratar, durante a vigência deste Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.7. Manter durante a vigência deste Contrato, os documentos referentes a habilitação fiscal e trabalhista a seguir:
 - a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos a execução dos serviços.
- 9.9. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

- 9.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.11. No que couber, cumprir, durante todo o período de execução deste Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.12. Comprovar se solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.16. Cumprir com toda e qualquer legislação afeta ao objeto de forma direta ou indireta, seja norma legal ou regulamentar.
- 9.17. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início da execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste Contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado no que couber, orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado no que couber, deverá exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. No que couber o Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial deste Contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano à Administração ou aos serviços públicos para o qual foi contratado ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total deste Contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

- f) praticar ato fraudulento na execução deste Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.2.4. Multa:
- l) Moratória de 1% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- a) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção deste Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.12. Os débitos do contratado para com a Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. Este Contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. Este Contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que este Contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário deste Contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade deste Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. Este Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir este Contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção deste Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade orçamentária:

Projeto/Atividade:

Elemento de despesa:

Fonte de Recurso:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração deste Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Serrinha para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-